

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 65

1. INTRODUÇÃO.....	65
2. CONCEITO DE PROCESSO.....	65
3. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	66
4. FASES DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DO PROCESSO.....	66
4.1. Praxismo.....	66
4.2. Processualismo.....	66
4.3. Instrumentalismo.....	67
4.4. Processo à luz da Constituição (neoprocessualismo, formalismo valorativo, pós-instrumentalismo ou positivismo reconstruído).....	68
5. PROCESSO E CONSTITUIÇÃO.....	70

CAPÍTULO II – NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL..... 71

1. INTRODUÇÃO.....	71
2. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL.....	72
2.1. Princípio do devido processo legal.....	72
2.1.1. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	72
2.1.2. Devido processo legal e relações entre particulares.....	74
2.2. Princípio do contraditório.....	74
2.2.1. Dimensão formal do princípio do contraditório.....	75
2.2.2. Dimensão substancial (ou material) do princípio do contraditório.....	75
2.2.2.1. Impossibilidade de se proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (art. 9º do CPC).....	75
2.2.2.2. Impossibilidade de se decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar (art. 10 do CPC).....	76
2.3. Princípio da ampla defesa.....	77
2.4. Princípio da razoável duração do processo.....	78
2.5. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	78

2.5.1.	Princípio da publicidade e negócio jurídico processual	79
2.5.2.	Princípio da publicidade e arbitragem	80
2.6.	Princípio da motivação das decisões judiciais	80
2.7.	Princípio da isonomia	81
2.8.	Princípio da boa-fé processual	82
2.9.	Princípio da cooperação	84
2.9.1.	Dever de informação (esclarecimento ou consulta)	85
2.9.2.	Dever de prevenção	85
2.9.3.	Dever de lealdade	86
2.9.4.	Dever de proteção	86
2.10.	Princípio da adequação (adaptabilidade ou flexibilização) do procedimento	86
2.11.	Princípio da primazia do julgamento do mérito	88
2.12.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição (acesso à justiça)	88
2.13.	Princípio do juízo natural	92
3.	ORDEM CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO	93

CAPÍTULO III - JURISDIÇÃO..... 97

1.	INTRODUÇÃO	97
2.	CONCEITO	97
3.	OBJETIVOS DA JURISDIÇÃO	99
4.	CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO	99
4.1.	Substitutividade	99
4.2.	Inércia	100
4.3.	Lide	101
4.4.	Manifestação de poder	101
4.5.	Atividade criativa	101
4.6.	Definitividade	102
4.7.	Decisão proferida por terceiro imparcial	102
5.	PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO	102
5.1.	Princípio da investidura	102
5.2.	Princípio da territorialidade (ou aderência ao território)	103
5.3.	Princípio da indelegabilidade	103
5.4.	Princípio da inevitabilidade	104
5.5.	Princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário	105
5.6.	Princípio do juízo natural	105
6.	JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	105
6.1.	Jurisdição contenciosa	105
6.2.	Jurisdição voluntária	105

7.	MEIOS ALTERNATIVOS (OU ADEQUADOS) DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	107
7.1.	Introdução.....	107
7.1.1.	Autotutela.....	108
7.1.2.	Autocomposição.....	108
7.1.3.	Mediação.....	108
7.1.4.	Conciliação.....	109
7.1.5.	Arbitragem.....	110
7.1.5.1.	Introdução.....	110
7.1.5.2.	Natureza jurídica da arbitragem e teorias explicativas.....	111
7.1.5.3.	Natureza jurídica da arbitragem para o direito brasileiro.....	112
7.1.5.4.	Convenção de arbitragem.....	113
7.1.5.5.	Cláusula compromissória vazia e cláusula compromissória cheia.....	113
7.1.5.6.	Efeitos positivo e negativo da convenção de arbitragem.....	114
7.1.6.	<i>Dispute resolution board</i>	115
8.	DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	116
8.1.	Introdução.....	116
8.2.	Competência concorrente e competência exclusiva.....	116
8.2.1.	Competência concorrente (ou cumulativa).....	116
8.2.2.	Competência exclusiva.....	118
8.3.	Sentença estrangeira versando sobre causa de competência exclusiva da au- toridade judiciária brasileira.....	119
9.	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	119
9.1.	Introdução.....	119
9.2.	Auxílio direto.....	119
9.2.1.	Auxílio direto ativo.....	120
9.2.2.	Auxílio direto passivo.....	120
9.3.	Carta rogatória.....	121

CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA 123

1.	CONCEITO DE COMPETÊNCIA E ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO.....	123
2.	PRINCÍPIO DA <i>KOMPETENZ-KOMPETENZ</i> (COMPETÊNCIA DA COMPETÊNCIA).....	124
3.	PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO (<i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS</i>).....	124
3.1.	Introdução.....	124
3.2.	Perpetuação da jurisdição e desmembramento de comarca.....	126
3.3.	Perpetuação da jurisdição e alteração da competência após a sentença.....	126
3.4.	Perpetuação da jurisdição e princípio do juízo imediato.....	126
4.	COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA.....	127
4.1.	Tabela para fixação do conteúdo.....	128

5. COMPETÊNCIA DE FORO E COMPETÊNCIA DE JUÍZO.....	129
6. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA	129
7. CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA	130
7.1. Critério objetivo	130
7.2. Critério funcional.....	132
7.3. Critério territorial.....	133
8. FLUXOGRAMA DOS CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA	134
9. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA E RECURSAL (OU DERIVADA).....	135
10. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	135
10.1. Aspectos gerais do art. 109, I, da CF.....	136
10.2. Empresas públicas e sociedades de economia mista e a competência da Justiça Federal.....	137
10.3. Fundações públicas federais e a competência da Justiça Federal.....	138
10.4. Ordem dos Advogados do Brasil e a competência da Justiça Federal.....	138
10.5. Competência delegada do art. 109, §§ 3º e 4º, da CF	139
10.5.1. Competência delegada e execuções fiscais.....	140
10.5.2. Competência delegada e ações civis públicas	140
10.6. Competência em razão da atuação do Ministério Público Federal.....	141
10.7. Competência para julgar ações propostas contra o Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público	141
10.8. Procedimento de remessa dos autos à Justiça Federal	142
11. IDENTIFICAÇÃO DO JUÍZO COMPETENTE	142
12. FORO COMUM E FOROS ESPECIAIS DE COMPETÊNCIA.....	143
12.1. Foro comum.....	143
12.2. Foros especiais.....	143
13. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA RELATIVA.....	146
13.1. Introdução	146
13.2. Critério convencional.....	146
13.2.1. Foro de eleição	146
13.2.1.1. Ineficácia da cláusula de eleição de foro.....	147
13.2.2. Não alegação de incompetência relativa.....	148
13.3. Critério legal.....	148
13.3.1. Conexão	148
13.3.1.1. Hipóteses de conexão.....	149
13.3.1.2. Teoria materialista da conexão	150
13.3.1.3. Reunião dos processos em razão da conexão	150
13.3.1.4. Classificação da conexão.....	151
13.3.1.5. Conexão e incompetência relativa	152
13.3.2. Continência	152

13.4. Prevenção	153
14. DECISÃO SOBRE A COMPETÊNCIA E SISTEMA RECURSAL	153
15. CONFLITO DE COMPETÊNCIA	154

CAPÍTULO V – AÇÃO 155

1. INTRODUÇÃO	155
2. TEORIAS EXPLICATIVAS DO DIREITO DE AÇÃO.....	155
2.1. Teoria imanentista (ou civilista)	155
2.2. Teoria da ação como direito autônomo: polêmica entre Windscheid e Muther	156
2.3. Teoria da ação como direito autônomo e concreto.....	156
2.4. Teoria da ação como direito abstrato	157
2.5. Teoria da ação como direito potestativo.....	157
2.6. Teoria eclética da ação	158
2.7. O direito de ação no novo Código de Processo Civil.....	159
3. CONDIÇÕES DA AÇÃO	160
4. ELEMENTOS DA AÇÃO	160
5. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	161
5.1. Ações condenatórias	162
5.2. Ações constitutivas	162
5.3. Ações meramente declaratórias.....	162
5.4. Ações executivas <i>lato sensu</i> e ações mandamentais (teoria quinária)	163
5.5. Prescrição e decadência à luz da classificação das ações	164
6. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL	164

CAPÍTULO VI – PROCESSO 167

1. INTRODUÇÃO	167
2. PROCESSO E TUTELA DO DIREITO.....	168
2.1. Tipologia das tutelas jurídicas	168
2.1.1. Tutela definitiva.....	168
2.1.2. Tutela provisória.....	168
2.2. Fluxograma	168
3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	169
3.1. Conceito de pressupostos processuais.....	169
3.2. Pressupostos processuais e condições da ação	169
3.3. Classificação dos pressupostos processuais	170
3.3.1. Pressupostos processuais de existência.....	170
3.3.1.1. Pressupostos processuais de existência subjetivos.....	170

3.3.1.1.1.	Capacidade de ser parte.....	170
3.3.1.1.2.	Órgão investido de jurisdição	171
3.3.1.2.	Pressuposto processual de existência objetivo	171
3.3.2.	Pressupostos processuais de validade.....	171
3.3.2.1.	Pressupostos processuais de validade subjetivos	171
3.3.2.1.1.	Capacidade de estar em juízo, capacidade postulatória e legitimidade “ad causam”	171
3.3.2.1.2.	Juiz competente e imparcial	173
3.3.2.2.	Pressupostos processuais de validade objetivos	173
3.3.2.2.1.	Pressupostos processuais de validade objetivos intrínsecos	173
3.3.2.2.2.	Pressupostos processuais de validade objetivos extrínsecos	173
3.4.	Legitimidade para a causa (<i>legitimatío ad causam</i>)	174
3.4.1.	Classificação da legitimidade	174
3.4.1.1.	Legitimação ordinária.....	174
3.4.1.2.	Legitimação extraordinária (ou substituição processual).....	174
3.4.1.3.	Legitimação exclusiva.....	175
3.4.1.4.	Legitimação concorrente.....	176
3.4.2.	Legitimação e negócio jurídico processual.....	176
3.4.3.	Legitimidade para a causa (<i>legitimatío ad causam</i>) X legitimidade para o processo (<i>legitimatío ad processum</i>).....	178
3.5.	Interesse de agir (interesse processual)	178
3.5.1.	O chamado “Interesse-adequação”	179
3.5.2.	Perda superveniente do objeto.....	180
3.6.	Teoria da asserção.....	180
3.7.	Fluxograma	182

CAPÍTULO VII - PARTES E SEUS PROCURADORES.....183

1.	CONCEITO DE PARTE	183
2.	CURADOR ESPECIAL	184
2.1.	Conceito e generalidade.....	184
2.2.	Hipóteses legais que impõem a nomeação de curador especial.....	185
2.2.1.	Incapaz sem representante legal ou com interesses colidentes com os do seu representante, enquanto durar a incapacidade (art. 72, I, do CPC).....	185
2.2.2.	Réu preso revel, réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado (art. 72, II, do CPC).....	185
2.3.	Natureza e poderes do curador especial.....	186
2.4.	Prazo de atuação.....	187

2.5.	Curadoria especial e atuação do Ministério Público	187
2.6.	Consequências da não nomeação de curador especial	187
3.	CAPACIDADE PROCESSUAL ESPECIAL DAS PESSOAS CASADAS	188
3.1.	Introdução	188
3.2.	Participação do cônjuge no polo ativo	188
3.2.1.	Ações que versem sobre direito real imobiliário	188
3.2.1.1.	Ausência de consentimento do cônjuge e suprimimento judicial....	189
3.2.1.2.	Ausência de consentimento do cônjuge (ou suprimimento judicial) e invalidade do processo	190
3.2.1.3.	Capacidade processual especial na união estável	191
3.3.	Participação do cônjuge no polo passivo	191
3.4.	Capacidade especial da pessoa casada nas ações possessórias	193
4.	CAPACIDADE PROCESSUAL DA PESSOA JURÍDICA.....	193
5.	INCAPACIDADE PROCESSUAL OU IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO (OU PRESENTAÇÃO) DA PARTE.....	195
6.	DOS PROCURADORES.....	196
6.1.	Capacidade postulatória.....	196
6.2.	Procuração.....	197
6.3.	Postulação em causa própria	198
6.4.	Vista e carga dos autos por advogado.....	198
7.	DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	199
7.1.	Introdução	199
7.2.	Dos deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo	199
7.2.1.	Sanção decorrente da violação aos incisos IV e VI do art. 77 do CPC.....	203
7.3.	Responsabilidade das partes por dano processual.....	204
7.3.1.	Litigância de má-fé	204
7.3.1.1.	Consequências da condenação por litigância de má-fé.....	207
8.	SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	208
8.1.	Sucessão das partes.....	208
8.1.1.	Sucessão <i>causa mortis</i>	209
8.1.2.	Sucessão entre vivos: alienação da coisa ou do direito litigioso.....	209
8.2.	Sucessão dos procuradores	210

CAPÍTULO VIII – DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS....211

1.	INTRODUÇÃO	211
2.	DESPESAS PROCESSUAIS.....	211
3.	DISPENSA DO PAGAMENTO.....	212

4.	DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL.....	213
5.	CAUÇÃO (<i>CAUTIO PRO EXPENSIS</i>).....	214
6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	215
6.1.	Fato gerador dos honorários sucumbenciais, critérios e parâmetros para fixação.....	215
6.2.	Honorários advocatícios nas relações jurídicas processuais envolvendo apenas particulares.....	216
6.3.	Honorários advocatícios quando a Fazenda Pública for parte.....	219
6.4.	Honorários advocatícios no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	220
6.5.	Honorários advocatícios na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa.....	222
6.6.	Honorários de sucumbência no âmbito recursal	222
6.6.1.	Honorários advocatícios recursais e ausência de contrarrazões ou contraminuta	223
6.6.2.	Honorários advocatícios recursais e não conhecimento do recurso.....	223
6.6.3.	Honorários advocatícios recursais e direito intertemporal.....	224
6.7.	Honorários advocatícios nos embargos à execução e cumprimento de sentença.....	224
6.8.	Titularidade, natureza e efeitos dos honorários advocatícios.....	225
7.	SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.....	226
8.	DESPESAS PROCESSUAIS NOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	227
9.	DESPESAS PROCESSUAIS QUANDO HOUVER DESISTÊNCIA, RENÚNCIA OU RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS	227
10.	CONSEQUÊNCIAS DA CONDENAÇÃO PARA A PARTE E EVENTUAL ASSISTENTE	228
11.	GRATUIDADE DE JUSTIÇA.....	228
11.1.	Conceito e generalidades	228
11.2.	Conteúdo da gratuidade de justiça.....	229
11.3.	Pressuposto para o deferimento da gratuidade de justiça.....	230
11.4.	Procedimento.....	231

CAPÍTULO IX – LITISCONSÓRCIO.....233

1.	CONCEITO E FONTES DO LITISCONSÓRCIO	233
2.	LITISCONSÓRCIO MULTITUDINÁRIO.....	234
3.	CLASSIFICAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO	236
3.1.	Quanto à posição processual.....	236
3.2.	Quanto ao momento da formação do litisconsórcio.....	236
3.3.	Quanto à uniformidade da solução do litígio.....	236
3.3.1.	Tratamento dado aos litisconsortes simples e unitário.....	237
3.4.	Quanto à obrigatoriedade da formação do litisconsórcio	238
4.	COMBINAÇÕES ENTRE OS REGIMES DE LITISCONSÓRCIO	239
4.1.	Litisconsórcio necessário.....	239

4.2. Litisconsórcio facultativo	239
5. CONSEQUÊNCIAS DA NÃO FORMAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO	240
6. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO ATIVO	241
7. MODALIDADES ESPECIAIS DE LITISCONSÓRCIO	243
8. LITISCONSÓRCIO ENTRE MINISTÉRIOS PÚBLICOS	244
9. PRAZOS PROCESSUAIS	245
10. DESPESAS PROCESSUAIS E GRATUIDADE DE JUSTIÇA	246
11. ANDAMENTO DO PROCESSO E INTIMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	246

CAPÍTULO X – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....247

1. INTRODUÇÃO	247
2. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	247
3. AMPLIAÇÃO DA DEMANDA E CONTROLE JUDICIAL	248
4. MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	248
4.1. Assistência	248
4.1.1. Assistência simples	249
4.1.1.1. Poderes do assistente simples	249
4.1.1.2. Procedimento	251
4.1.1.3. Eficácia da decisão na assistência simples	251
4.1.2. Assistência litisconsorcial	252
4.1.2.1. Eficácia da decisão em relação ao assistente litisconsorcial	253
4.2. Denúnciação da lide	253
4.2.1. Conceito	253
4.2.2. Hipóteses de cabimento	254
4.2.2.1. Evicção	254
4.2.2.2. Direito de regresso instituído por lei ou por negócio jurídico	254
4.2.3. Procedimento e posição do denunciado no processo	255
4.2.4. Denúnciação da lide como demanda regressiva eventual	256
4.2.5. Denúnciação da lide como demanda antecipada e facultativa	256
4.2.6. Denúnciação da lide sucessiva	257
4.2.7. Denúnciação da lide <i>per saltum</i>	257
4.2.8. Denúnciação da lide nas ações envolvendo relações de consumo	258
4.2.9. Denúnciação da lide promovida pela Fazenda Pública	259
4.2.10. Condenação direta e solidária do denunciado	260
4.2.11. Denúnciação da lide e ônus de sucumbência	261
4.3. Chamamento ao processo	262
4.3.1. Conceito e características	262
4.3.2. Hipóteses de cabimento	262

4.3.2.1.	Chamamento feito pelo fiador ao afiançado.....	262
4.3.2.2.	Chamamento feito pelo fiador aos demais fiadores.....	263
4.3.2.3.	Chamamento feito pelo devedor aos demais devedores solidários.....	263
4.3.3.	Procedimento.....	263
4.4.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	264
4.4.1.	Desconconsideração da personalidade jurídica.....	264
4.4.2.	Pressupostos para a desconconsideração da personalidade jurídica.....	265
4.4.3.	Modalidades de desconconsideração da personalidade jurídica.....	266
4.4.4.	A desconconsideração da personalidade jurídica como modalidade de intervenção de terceiros: aspectos processuais.....	267
4.4.4.1.	Cabimento.....	267
4.4.4.2.	Competência.....	267
4.4.4.3.	Legitimidade.....	267
4.4.4.4.	Momento para se requerer a desconconsideração da persona- lidade jurídica.....	268
4.4.4.5.	Procedimento do incidente.....	269
4.4.4.6.	Recurso.....	269
4.4.4.7.	Tutela provisória no pedido de desconconsideração da perso- nalidade jurídica.....	270
4.4.4.8.	Honorários advocatícios.....	270
4.4.4.9.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica nos Juizados Especiais Cíveis.....	272
4.5.	<i>Amicus curiae</i>	272
4.5.1.	Introdução.....	272
4.5.2.	Conceito.....	273
4.5.3.	Classificação.....	274
4.5.4.	Requisitos.....	274
4.5.5.	Natureza do <i>amicus curiae</i>	275
4.5.6.	Procedimento.....	276
4.5.7.	Recurso.....	277
4.6.	Intervenção especial da Fazenda Pública (intervenção anômala ou anódina).....	278
4.7.	Intervenções atípicas e despolarização do processo.....	280

CAPÍTULO XI – JUIZ.....283

1.	INTRODUÇÃO.....	283
2.	GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	283
3.	VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	284
4.	PODERES E DEVERES DO JUIZ.....	284
4.1.	Condução do processo.....	284

4.1.1.	Assegurar às partes igualdade de tratamento (art. 139, I, do CPC).....	284
4.1.2.	Velar pela duração razoável do processo (art. 139, II, do CPC)	285
4.1.3.	Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias (art. 139, III, do CPC)	285
4.1.4.	Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV, do CPC)	285
4.1.5.	Promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais (art. 139, V, do CPC)	287
4.1.6.	Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito (art. 139, VI, do CPC).....	288
4.1.7.	Exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais (art. 139, VII, do CPC).....	288
4.1.8.	Determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso (art. 139, VIII, do CPC)	288
4.1.9.	Determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais (art. 139, IX, do CPC).....	289
4.1.10.	Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva (art. 139, X, do CPC).....	290
4.2.	Dever de julgamento e proibição do non liquet.....	290
4.3.	Julgamento por equidade	291
4.4.	Respeito aos limites da lide (princípio da demanda)	292
5.	RESPONSABILIDADE DO JUIZ.....	292
6.	IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ	293
6.1.	Considerações iniciais.....	293
6.2.	Hipóteses de impedimento	294
6.3.	Hipóteses de suspeição	295
7.	INCIDENTE DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ.....	296
7.1.	Legitimidade.....	296
7.2.	Competência.....	296
7.3.	Procedimento.....	296
7.4.	Fluxograma	297
8.	IMPEDIMENTO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	298

CAPÍTULO XII – AUXILIARES DA JUSTIÇA299

1. INTRODUÇÃO.....	299
2. CLASSIFICAÇÃO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	300
2.1. Auxiliares permanentes da justiça.....	300
2.2. Auxiliares eventuais da justiça.....	301
2.3. Conciliadores e mediadores.....	303

CAPÍTULO XIII – MINISTÉRIO PÚBLICO307

1. PERFIL CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	307
2. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS.....	308
2.1. Unidade.....	308
2.2. Indivisibilidade.....	308
2.3. Independência Funcional.....	308
3. GARANTIAS INSTITUCIONAIS.....	308
3.1. Autonomia funcional.....	308
3.2. Autonomia administrativa.....	308
3.3. Autonomia financeira.....	309
4. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS MEMBROS.....	309
4.1. Vitaliciedade.....	309
4.2. Inamovibilidade.....	309
4.3. Irredutibilidade de subsídio.....	309
5. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	309
6. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL.....	309
6.1. Atuação do Ministério Público como parte.....	310
6.2. Atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	312
6.2.1. Interesse público ou social (art. 178, I, do CPC).....	312
6.2.2. Interesse de incapaz (art. 178, II, do CPC).....	312
6.2.3. Litígios coletivos pela posse da terra rural ou urbana (art. 178, III, do CPC).....	313
6.2.4. Outras hipóteses de intervenção do Ministério Público.....	313
7. ASPECTOS PROCESSUAIS.....	313
8. RESPONSABILIDADE.....	314

CAPÍTULO XIV – ADVOCACIA PÚBLICA.....315

1. INTRODUÇÃO.....	315
2. PRAZO EM DOBRO.....	315

3. INTIMAÇÃO	316
4. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	316

CAPÍTULO XV – DEFENSORIA PÚBLICA.....317

1. INTRODUÇÃO.....	317
2. ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	317
3. PRAZO EM DOBRO.....	318
4. INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	318
5. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PATROCINADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA.....	319
6. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	319
7. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	319
8. DEFENSORIA PÚBLICA COMO <i>CUSTOS VULNERABILIS</i>	320

CAPÍTULO XVI – ATOS PROCESSUAIS.....323

1. CONCEITO.....	323
2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS A PARTIR DA TEORIA DOS FATOS JURÍDICOS	323
2.1. Fatos jurídicos processuais em sentido amplo	323
2.1.1. Fatos jurídicos processuais em sentido estrito	324
2.1.2. Atos jurídicos processuais	324
2.1.2.1. Atos processuais ilícitos.....	324
2.1.2.2. Atos processuais lícitos.....	324
3. ATOS PROCESSUAIS DAS PARTES E ATOS PROCESSUAIS DO JUIZ.....	326
3.1. Sentenças	326
3.2. Decisões interlocutórias.....	326
3.3. Despachos	326
3.4. Acórdão.....	327
4. FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS	327
4.1. Liberdade das formas	327
4.2. Publicidade dos atos processuais.....	327
4.3. Prática eletrônica dos atos processuais.....	327
4.4. Tempo e lugar dos atos processuais.....	329
5. PRAZOS PROCESSUAIS.....	330
5.1. Conceito	330
5.2. Classificação dos prazos processuais	330
5.3. Ato processual prematuro.....	332

5.4.	Contagem do prazo processual	332
5.5.	Início do prazo processual	333
5.6.	Suspensão do prazo processual	334
5.7.	Prorrogação do prazo processual	335
5.8.	Preclusão	335
5.8.1.	Preclusão <i>pro judicato</i>	336
5.9.	Contagem em dobro dos prazos processuais	337
6.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	339
6.1.	Introdução	339
6.2.	Citação	339
6.2.1.	Comparecimento espontâneo do réu	340
6.2.2.	Efeitos da citação válida	341
6.2.3.	Citação pessoal e exceções legais	343
6.2.4.	Lugar da citação e restrições legais	344
6.2.5.	Citando mentalmente incapaz ou impossibilitado de receber a citação	345
6.2.6.	Formas de citação	345
6.2.6.1.	Citação por meio eletrônico	345
6.2.6.2.	Citação pelo correio	346
6.2.6.3.	Citação por oficial de justiça	348
6.2.6.4.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório	349
6.2.6.5.	Citação por edital	349
6.2.6.5.1.	Hipóteses de cabimento	349
6.2.6.5.2.	Requisitos da citação por edital	350
6.2.6.5.3.	Alegação dolosa de causa autorizadora de citação por edital	351
6.3.	Intimação	351
6.3.1.	Conceito	351
6.3.2.	Formas de intimação	352
6.3.3.	Intimação da Fazenda Pública	354
6.3.4.	Nulidade da intimação	354
6.4.	Cartas	354
6.4.1.	Conceito e modalidades de cartas	354
6.4.1.1.	Cartas a serem cumpridas na Justiça Federal	355
6.4.2.	Requisitos	356
6.4.3.	Intimação, prazo e o caráter itinerante das cartas	356
6.4.4.	Formas de expedição das cartas	357
6.4.5.	Procedimento	358
6.5.	Diário de Justiça Eletrônico Nacional e domicílio judicial eletrônico	359
6.5.1.	Introdução	359

6.5.2.	O Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).....	359
6.5.3.	A Força Normativa do DJEN	360
6.5.4.	O Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)	360
6.5.5.	Obrigatoriedade de Cadastro e Prazos do DJE.....	360
6.5.6.	Aperfeiçoamento da Comunicação	361

CAPÍTULO XVII – NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS363

1.	INTRODUÇÃO	363
2.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	363
3.	COGNOSCIBILIDADE DO JUIZ	366
4.	REQUISITOS DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL	367
4.1.	Capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo.....	367
4.2.	Objeto	368
4.3.	Forma.....	370
5.	NULIDADE, ANULABILIDADE E CONTROLE DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL	370
6.	NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E AS POSIÇÕES JURÍDICAS DE TERCEIROS	371
7.	INADIMPLEMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL	372
8.	EXEMPLOS DE NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ADMITIDOS E NÃO ADMITIDOS	372
9.	NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E ORDEM CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO	374
10.	CALENDÁRIO PROCEDIMENTAL.....	374
10.1.	Conceito e natureza jurídica.....	374
10.2.	Momento da celebração do negócio.....	375
10.3.	Obrigatoriedade e possibilidade de revisão.....	375

CAPÍTULO XVIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS377

1.	INTRODUÇÃO	377
2.	SISTEMA DE INVALIDADES PROCESSUAIS.....	378
3.	NULIDADES PROCESSUAIS ABSOLUTAS E NULIDADES PROCESSUAIS RELATIVAS.....	379
4.	INVALIDADE, PREJUÍZO E INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.....	380
5.	NULIDADE E ATOS PROCESSUAIS CORRELACIONADOS (PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE)	381
6.	NULIDADE E PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO	382
7.	NULIDADE DECORRENTE DA NÃO INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	382
8.	CONVALIDAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS DEFEITUOSOS.....	383

CAPÍTULO XIX – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO385

1. INTRODUÇÃO.....	385
2. REGISTRO.....	385
3. DISTRIBUIÇÃO.....	386
3.1. Distribuição por dependência.....	387

CAPÍTULO XX – TUTELAS PROVISÓRIAS389

1. O PROCESSO E O TEMPO.....	389
2. A REDISTRIBUIÇÃO DOS EFEITOS DO TEMPO NO PROCESSO E FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	389
3. EVOLUÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	390
4. TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA.....	391
5. CLASSIFICAÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	391
5.1. Quanto à natureza da tutela provisória (antecipada ou cautelar).....	392
5.1.1. Tutela antecipada.....	392
5.1.2. Tutela cautelar.....	393
5.2. Quanto ao momento para o seu requerimento (em caráter antecedente ou em caráter incidental).....	394
5.2.1. Tutela provisória requerida em caráter antecedente.....	394
5.2.2. Tutela provisória requerida em caráter incidental.....	395
5.3. Quanto ao fundamento do pedido de tutela provisória (urgência ou evidência) ...	396
5.3.1. Tutela de urgência.....	396
5.3.2. Tutela da evidência.....	397
6. FLUXOGRAMA.....	398
7. CARACTERÍSTICAS DAS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	398
8. FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO.....	399
9. COMPETÊNCIA.....	399
10. FUNGIBILIDADE DA TUTELA PROVISÓRIA.....	400
11. TUTELA PROVISÓRIA E PRÉVIO REQUERIMENTO DA PARTE.....	400
12. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA.....	401
12.1. Pressupostos.....	401
12.2. Caução.....	402
12.3. Momento para ser requerida.....	402
12.4. Momento para concessão.....	402
12.5. Irreversibilidade como pressuposto negativo da tutela antecipada fundada na urgência.....	403
12.6. Efetivação da tutela cautelar de urgência.....	404

12.7. Responsabilidade objetiva da parte que requer e obtém uma tutela provisória de urgência.....	405
13. DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	406
13.1. Introdução.....	406
13.2. Petição inicial.....	406
13.2.1. Valor da causa e recolhimento das custas.....	407
13.2.2. Indicação de que pretende se valer do benefício previsto no art. 303, <i>caput</i> , do CPC.....	408
13.3. Apreciação do pedido de tutela antecipada antecedente pelo juiz e suas consequências.....	408
13.3.1. Indeferimento do pedido.....	408
13.3.2. Deferimento do pedido.....	409
13.4. Estabilização da tutela antecipada.....	410
13.4.1. Introdução.....	410
13.4.2. A estabilização dos efeitos da tutela antecipada no CPC/15.....	411
13.4.3. Revisão, reforma ou invalidação da tutela antecipada estabilizada.....	414
13.4.4. Não estabilização convencional dos efeitos da tutela antecipada antecedente.....	415
14. DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	416
14.1. Petição inicial.....	416
14.2. Citação do réu.....	417
14.3. Decisão.....	417
14.3.1. Decisão que indefere o pedido cautelar.....	418
14.3.2. Decisão que defere o pedido cautelar.....	418
14.3.3. Natureza da decisão.....	418
14.4. Cessação dos efeitos da tutela cautelar.....	419
14.4.1. Renova��o do pedido de tutela cautelar.....	420
15. TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	421
15.1. Introdu��o.....	421
15.2. Modalidades e pressupostos.....	422
15.2.1. Ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte (art. 311, I, do CPC).....	422
15.2.2. As alega��es de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante (art. 311, II, do CPC).....	423
15.2.3. Se tratar de pedido reipersecut��rio fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob comina��o de multa (art. 311, III, do CPC).....	424

15.2.4. A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável (art. 311, IV, do CPC)	425
15.3. Prova documental	426
15.4. Tutela da evidência concedida liminarmente	426
16. TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	426

CAPÍTULO XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO429

1. FORMAÇÃO DO PROCESSO	429
2. SUSPENSÃO DO PROCESSO	430
2.1. Introdução	430
2.2. Causas de suspensão do curso do procedimento	431
2.2.1. Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador (art. 313, I, do CPC)	431
2.2.2. Convenção das partes (art. 313, II, do CPC)	432
2.2.3. Arguição de impedimento ou de suspeição (art. 313, III, do CPC)	432
2.2.4. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (art. 313, IV, do CPC)	433
2.2.5. Sentença de mérito dependente de julgamento de outra causa ou de declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente (art. 313, V, “a”, do CPC)	433
2.2.6. Sentença de mérito dependente da verificação de determinado fato ou produção de certa prova, requisitada a outro juízo (art. 313, V, “b”, do CPC)	434
2.2.7. Força maior (art. 313, VI, do CPC)	434
2.2.8. Discussão acerca de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII, do CPC)	435
2.2.9. Parto ou concessão de adoção (art. 313, IX, do CPC)	435
2.2.10. Advogado que se tornar pai (art. 313, X, do CPC)	435
2.2.11. Demais casos regulados pelo código (art. 313, VIII, do CPC)	436
3. EXTINÇÃO DO PROCESSO	437
3.1. Introdução	437
3.2. Extinção prematura do processo e o princípio da primazia do julgamento do mérito	438
3.3. Decisões que não resolvem o mérito	438
3.3.1. Indeferimento da petição inicial (art. 485, I, do CPC)	438
3.3.2. O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes (art. 485, II, do CPC)	439
3.3.3. Por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias (art. 485, III, do CPC)	440

3.3.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV, do CPC).....	440
3.3.5.	Existência de perempção, litispendência ou coisa julgada (art. 485, V, do CPC).....	441
3.3.6.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (art. 485, VI, do CPC).....	441
3.3.7.	Acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem ou reconhecimento, pelo juízo arbitral, de sua competência (art. 485, VII, do CPC).....	442
3.3.8.	Homologar a desistência da ação (art. 485, VIII, do CPC)	443
3.3.9.	Morte da parte e intransmissibilidade da ação por disposição legal (art. 485, IX, do CPC).....	444
3.3.10.	Outros casos previstos.....	445
3.3.11.	Atuação <i>ex officio</i> do juiz.....	445
3.3.12.	Recurso e efeito regressivo.....	446
3.3.13.	Repropositura da ação.....	446
3.4.	Decisões que resolvem o mérito.....	447
3.4.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	448
3.4.2.	Prescrição e decadência.....	448
3.4.3.	Autocomposição.....	449

CAPÍTULO XXII – FASE POSTULATÓRIA DO PROCEDIMENTO COMUM451

1.	INTRODUÇÃO.....	451
2.	PETIÇÃO INICIAL.....	452
2.1.	Conceito	452
2.2.	Requisitos da petição inicial	452
2.2.1.	Juízo a que é dirigida (art. 319, I, do CPC).....	452
2.2.2.	Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu (art. 319, II, do CPC)	452
2.2.3.	Fato e os fundamentos jurídicos do pedido	453
2.2.3.1.	Causa de pedir remota e causa de pedir próxima.....	453
2.2.3.2.	O juiz está vinculado à causa de pedir?.....	454
2.2.4.	O pedido com suas especificações.....	455
2.2.4.1.	Cumulação de pedidos	458
2.2.4.2.	Cumulação alternativa e pedido alternativo	459
2.2.4.3.	Requisitos para a cumulação de pedidos	460
2.2.4.4.	Aditamento ou alteração do pedido ou da causa de pedir	461
2.2.5.	Valor da causa.....	461
2.2.5.1.	Controle do valor da causa pelo juiz e impugnação pelo réu...462	

2.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	462
2.2.7.	Opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	463
2.2.8.	Juntada dos documentos indispensáveis à propositura da ação	463
3.	EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL	463
4.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	464
4.1.	Introdução	464
4.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial	464
4.2.1.	Inépcia da petição inicial	464
4.2.2.	A parte for manifestamente ilegítima	466
4.2.3.	O autor carecer de interesse processual	466
4.2.4.	Não atendimento das prescrições dos arts. 106 e 321 do CPC	466
4.3.	Condenação ao pagamento das custas processuais	467
4.4.	Recurso e consequências processuais	467
5.	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	468
5.1.	Introdução	468
5.2.	Pressupostos	468
5.3.	Hipóteses ensejadoras do julgamento de improcedência liminar	468
5.4.	Natureza do pronunciamento judicial e respectivo recurso	470
6.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO	471
6.1.	Introdução	471
6.2.	Conciliadores, mediadores e sessão destinada à conciliação e à mediação	471
6.3.	Não realização da audiência de conciliação ou mediação	472
6.4.	Realização da audiência de conciliação ou mediação	473
6.5.	Audiência de conciliação ou mediação por meio eletrônico	474
6.6.	Audiência de conciliação no superendividamento (Lei nº 14.181/2021)	475
7.	RESPOSTA DO RÉU	476
7.1.	Introdução	476
7.2.	Teoria das exceções	477
7.2.1.	Os diferentes sentidos empregados à exceção	477
7.2.2.	Ação e exceção	477
7.2.3.	Exceção e objeção	477
7.2.4.	Exceções/objeções dilatórias e peremptórias	478
8.	CONTESTAÇÃO	479
8.1.	Conceito e generalidades	479
8.2.	Prazo	480
8.3.	Defesas do réu	482
8.3.1.	Preliminares	483

8.3.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC)	483
8.3.1.2.	Incompetência absoluta e relativa (art. 337, II, do CPC).....	484
8.3.1.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC)	485
8.3.1.4.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC).....	485
8.3.1.5.	Perempção, litispendência e coisa julgada (art. 337, incisos V, VI e VII, do CPC)	485
8.3.1.6.	Conexão (art. 337, VIII, do CPC)	485
8.3.1.7.	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	485
8.3.1.8.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC)	486
8.3.1.9.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (art. 337, XI, do CPC).....	486
8.3.1.10.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC).....	486
8.3.1.11.	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC).....	487
8.3.2.	Preliminares cognoscíveis de ofício.....	487
8.3.3.	Questões preliminares e questões prejudiciais de mérito.....	487
8.3.4.	Defesas de mérito.....	488
8.3.5.	Princípio da concentração da defesa e ônus da impugnação específica.....	488
9.	RECONVENÇÃO.....	490
9.1.	Conceito	490
9.2.	Pressupostos	490
9.3.	Procedimento e independência entre ação principal e reconvenção.....	494
10.	REVELIA.....	495
10.1.	Conceito e generalidades	495
10.2.	Efeitos decorrentes da revelia	496
10.3.	Inaplicabilidade do efeito material da revelia.....	497
10.3.1.	Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação (art. 345, I, do CPC).....	497
10.3.2.	O litígio versar sobre direitos indisponíveis (art. 345, II, do CPC)	497
10.3.3.	A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato (art. 345, III, do CPC).....	498
10.3.4.	As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos (art. 345, IV, do CPC).....	498
10.4.	Outras hipóteses de não incidência do efeito material da revelia.....	498

CAPÍTULO XXIII – FASE ORDINATÓRIA DO PROCEDIMENTO COMUM.....501

1.	INTRODUÇÃO.....	501
----	-----------------	-----

2.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	502
2.1.	Revelia do réu.....	502
2.2.	Apresentação, pelo réu, de defesa de mérito indireta.....	502
2.3.	Alegação de questões preliminares.....	502
2.4.	Existência de irregularidades ou vícios sanáveis.....	503
3.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	503
3.1.	Extinção do processo com base nos arts. 485 ou 487, II e III, do CPC.....	503
3.2.	Julgamento antecipado do mérito.....	504
3.2.1.	Introdução.....	504
3.2.2.	Pressupostos.....	504
3.3.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	506
3.3.1.	Pressupostos.....	506
3.3.2.	Julgamento antecipado parcial do mérito e (i)liquidez da obrigação.....	507
3.3.3.	Recurso e trânsito em julgado.....	508
3.3.4.	Julgamento antecipado parcial do mérito contra a Fazenda Pública.....	508
3.4.	Decisão de saneamento e organização do processo.....	509
3.4.1.	Pedido de esclarecimentos ou ajustes.....	512
3.4.2.	Saneamento e organização do processo por negócio jurídico proces- sual.....	513
3.4.3.	Saneamento e organização do processo em cooperação.....	513

CAPÍTULO XXIV – FASE INSTRUTÓRIA.....515

1.	BUSCA DA VERDADE.....	515
2.	CONCEITO DE PROVA.....	516
3.	CLASSIFICAÇÃO.....	516
4.	OBJETO DA PROVA.....	517
5.	PRINCÍPIOS RELACIONADOS AO DIREITO PROBATÓRIO.....	518
5.1.	Princípio da atipicidade dos meios de prova.....	518
5.2.	Princípio da comunhão da prova.....	518
5.3.	Princípio do convencimento motivado do juiz.....	518
5.4.	Princípio da livre investigação da prova e da máxima eficiência dos meios de prova.....	519
5.5.	Princípio da não autoincriminação (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	520
6.	FINALIDADE DA PROVA.....	521
7.	DESTINATÁRIOS DA PROVA.....	521
8.	INDÍCIO, PRESUNÇÃO LEGAL E REGRAS DE EXPERIÊNCIA.....	521
9.	SISTEMAS (OU CRITÉRIOS) DE VALORAÇÃO DA PROVA.....	522
9.1.	Sistema (ou critério) da prova tarifada (ou legal).....	523

9.2. Sistema (ou critério) da íntima convicção.....	523
9.3. Sistema da persuasão racional (ou convencimento motivado)	524
10. ÔNUS DA PROVA.....	524
10.1. Considerações iniciais.....	524
10.2. Aspectos objetivo e subjetivo do ônus da prova	525
10.3. Distribuição do ônus da prova	526
10.3.1. Distribuição legal do ônus da prova – distribuição estática	526
10.3.2. Distribuição do ônus da prova realizada pelo juiz – distribuição dinâmica	526
10.3.3. Distribuição convencional do ônus da prova – distribuição dinâmica	528
10.3.4. Inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	529
11. PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ	531
12. PROVA EMPRESTADA.....	532
12.1. Conceito	532
12.2. Prova emprestada e contraditório	532
12.3. Prova emprestada e identidade entre as partes.....	533
12.4. Natureza e eficácia da prova emprestada.....	533
13. PRODUÇÃO DE PROVA EM FORO DIVERSO	534
14. PROIBIÇÃO DE PROVA ILÍCITA	534
14.1. Introdução	534
14.2. Ilicitude da prova: plano do direito material e plano do direito processual	534
14.3. Provas ilícitas por derivação (<i>fruits of the poisonous tree</i>)	535
14.4. Prova ilícita e interceptação das comunicações telefônicas no processo civil	535
14.5. Prova ilícita e negócio jurídico processual	537
15. STANDARDS PROBATÓRIOS	537
16. PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	539
16.1. Direito autônomo à produção antecipada da prova	539
16.2. Hipóteses de cabimento.....	540
16.2.1. Haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação (art. 381, I, do CPC)	540
16.2.2. A prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito (art. 381, II, do CPC)	540
16.2.3. O prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação (art. 381, III, do CPC).....	541
16.2.4. Arrolamento de bens (art. 381, § 1º, do CPC)	541
16.2.5. Justificação da existência de fato ou relação jurídica (art. 381, § 5º, do CPC).....	542
16.3. Competência.....	543
16.4. Prevenção do juízo.....	543
16.5. Procedimento.....	543

16.5.1. Sentença	545
17. PROVAS EM ESPÉCIE	546
17.1. Ata notarial.....	546
17.2. Depoimento pessoal.....	546
17.2.1. Conceito.....	546
17.2.2. Legitimidade.....	546
17.2.3. Finalidade do depoimento pessoal e não comparecimento ou recusa da parte	546
17.2.4. Procedimento.....	547
17.3. Confissão.....	548
17.3.1. Conceito.....	548
17.3.2. Classificação	548
17.3.3. Validade e eficácia da confissão.....	550
17.3.4. Efeitos da confissão	550
17.3.5. Irrevogabilidade da confissão	551
17.3.6. Indivisibilidade da confissão	552
17.4. Exibição de documento ou coisa.....	552
17.4.1. Conceito e características	552
17.4.2. Pedido de exibição formulado em face da parte contrária.....	553
17.4.3. Pedido de exibição formulado em face de terceiro.....	555
17.5. Prova documental.....	555
17.5.1. Conceito e características	555
17.5.2. Documento e instrumento	556
17.5.3. Elementos e força probante dos documentos	557
17.5.4. Documento público.....	558
17.5.5. Documento particular.....	559
17.5.6. Telegrama, radiograma e outros meios de transmissão de informação	560
17.5.7. Cartas, registros domésticos e notas escritas pelo credor	560
17.5.8. Livros empresariais	561
17.5.9. Reproduções mecânicas	562
17.5.10. Reproduções dos documentos particulares	562
17.5.11. Vícios e falsidade do documento.....	562
17.5.12. Incidente de falsidade.....	563
17.5.13. Produção da prova documental.....	564
17.5.14. Documentos eletrônicos	565
17.6. Prova testemunhal	566
17.6.1. Conceito.....	566
17.6.2. Admissibilidade da testemunha e força probante do seu depoimento	566
17.6.3. Deveres da testemunha.....	568
17.6.4. Direitos da testemunha	569

17.6.5. Produção da prova testemunhal	569
17.7. Prova pericial.....	573
17.7.1. Conceito e admissibilidade da prova pericial.....	573
17.7.2. Perito e assistentes técnicos.....	574
17.7.2.1. Perito.....	574
17.7.2.2. Assistente técnico.....	575
17.7.3. Produção da prova pericial.....	575
17.7.3.1. Nomeação do perito e honorários periciais	575
17.7.3.2. Escusa do perito e recusa pelas partes	576
17.7.3.3. Substituição do perito.....	577
17.7.3.4. Realização	577
17.8. Inspeção judicial	579

CAPÍTULO XXV – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO581

1. INTRODUÇÃO.....	581
2. ABERTURA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	582
3. UNIDADE E CONTINUIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	582
4. PRODUÇÃO DAS PROVAS ORAIS	583
5. DEBATES.....	583
6. JULGAMENTO.....	584
7. DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA.....	584

CAPÍTULO XXVI – SENTENÇA.....585

1. CONCEITO.....	585
2. CLASSIFICAÇÃO DA SENTENÇA	586
2.1. Sentença terminativa e sentença definitiva.....	587
2.2. Sentença autossuficiente	587
2.2.1. Sentença declaratória	587
2.2.2. Sentença constitutiva.....	587
2.3. Sentença não autossuficiente	587
2.3.1. Sentença condenatória.....	588
2.3.2. Sentença mandamental.....	588
2.3.3. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	588
3. ELEMENTOS DA SENTENÇA.....	589
3.1. Relatório.....	589
3.2. Fundamentação.....	589
3.2.1. Generalidades	589

3.2.2.	Decisões não fundamentadas.....	590
3.2.2.1.	Quando se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, inciso I, do CPC)	591
3.2.2.2.	Quando empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, inciso II, do CPC)	591
3.2.2.3.	Quando invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, inciso III, do CPC)	592
3.2.2.4.	Quando não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC)	592
3.2.2.5.	Se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes (art. 489, § 1º, inciso V, do CPC)	593
3.2.2.6.	Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, inciso VI, do CPC)	593
3.2.3.	Regras, princípios e o papel dos postulados normativos na fundamentação	594
3.2.4.	Fundamentação <i>per relationem</i> (aliunde ou por referência)	596
3.3.	Dispositivo	596
4.	CONSEQUÊNCIAS DA INOBSERVÂNCIA DOS ELEMENTOS DA SENTENÇA	597
5.	CAPÍTULOS DA SENTENÇA	597
6.	REQUISITOS DA SENTENÇA	598
6.1.	Clareza	598
6.2.	Congruência (princípio da congruência)	599
6.2.1.	Congruência intrínseca (ou interna)	599
6.2.2.	Congruência extrínseca (ou externa)	599
6.2.2.1.	Proibição de decisão <i>ultra petita</i>	600
6.2.2.2.	Proibição de decisão <i>extra petita</i>	602
6.2.2.3.	Proibição de decisão <i>infra petita</i> (ou <i>citra petita</i>)	603
6.3.	Certeza	605
6.4.	Liquidez	605
7.	SENTENÇA E FATO SUPERVENIENTE	606
8.	DECISÕES QUE NÃO RESOLVEM O MÉRITO	607
9.	DECISÕES QUE RESOLVEM O MÉRITO	607
10.	EFEITOS DA SENTENÇA	607
10.1.	Efeito principal	607
10.2.	Efeitos secundários	607

10.2.1. Hipoteca judiciária.....	608
11. PUBLICAÇÃO	609
12. INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA.....	610
13. REMESSA NECESSÁRIA.....	611
13.1. Natureza jurídica.....	611
13.2. Cabimento	612
13.2.1. Sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público (art. 496, I, do CPC).....	612
13.2.2. Sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal (art. 496, II, do CPC).....	612
13.2.3. Remessa necessária de decisão interlocutória	613
13.2.4. Outras hipóteses de remessa necessária	613
13.3. Hipóteses de não aplicação da remessa necessária.....	614
13.3.1. Não aplicação da remessa necessária em razão do valor da condenação (art. 496, § 3º, do CPC)	614
13.3.2. Não aplicação da remessa necessária em razão de entendimento contrário à Fazenda Pública firmado em precedente vinculante ou orientação administrativa pelo próprio ente público (art. 496, § 4º, do CPC).....	615
13.4. Procedimento.....	615
14. JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E DE ENTREGA DE COISA	616
15. AÇÃO QUE TENHA POR OBJETO A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE.....	616
16. SENTENÇAS MANIPULATIVAS.....	617
16.1. Introdução	617
16.2. Sentenças (ou decisões) manipulativas.....	617
16.3. Juízes como legisladores positivos?	619

CAPÍTULO XXVII – COISA JULGADA.....623

1. TEORIAS EXPLICATIVAS E CONCEITO	623
2. COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL.....	626
3. EFEITOS NEGATIVO E POSITIVO DA COISA JULGADA.....	626
4. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA	627
4.1. Coisa julgada sobre questão prejudicial.....	628
5. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA	630
6. LIMITES TEMPORAIS DA COISA JULGADA	632
7. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA.....	634
8. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA.....	635
9. CONFLITO ENTRE COISAS JULGADAS	636

CAPÍTULO XXVIII – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....639

1. INTRODUÇÃO.....	639
2. MODALIDADES DE LIQUIDAÇÃO	640
2.1. Liquidação por arbitramento.....	640
2.2. Liquidação pelo procedimento comum.....	641
3. LIQUIDAÇÃO POR MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	642
4. LEGITIMIDADE.....	642
5. LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA.....	643
6. LIQUIDAÇÃO SEM RESULTADO POSITIVO (LIQUIDAÇÃO ZERO).....	643
7. LIQUIDAÇÃO IMPRÓPRIA NAS AÇÕES COLETIVAS	644

CAPÍTULO XXIX – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA645

1. INTRODUÇÃO.....	645
2. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS.....	646
2.1. Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa (art. 515, I, do CPC).....	646
2.2. Decisão homologatória de autocomposição judicial (art. 515, II, do CPC).....	647
2.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III, do CPC).....	648
2.4. Formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal (art. 515, IV, do CPC)	648
2.5. Crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial (art. 515, V, do CPC)	649
2.6. Sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 515, VI, do CPC).....	649
2.7. Sentença arbitral (art. 515, VII, do CPC).....	650
2.8. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, VIII, do CPC).....	650
2.9. Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, IX, do CPC)	651
3. COMPETÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	651
4. LEGITIMIDADE ATIVA, REQUERIMENTO E INTIMAÇÃO DO EXECUTADO.....	652
5. LEGITIMIDADE PASSIVA	654
6. PROTESTO DO TÍTULO E INCLUSÃO DO NOME DO EXECUTADO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES	654
7. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	655
7.1. Regime específico a ser observado.....	655

7.2.	Impugnação.....	657
7.3.	Multa e honorários.....	657
7.4.	Depósito e posterior recurso	658
7.5.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa.....	658
8.	CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA.....	658
8.1.	Procedimento inicial.....	658
8.2.	Impugnação ao cumprimento de sentença	660
8.2.1.	Conceito e natureza jurídica	660
8.2.2.	Prazo.....	661
8.2.3.	Matérias defensivas	661
8.2.3.1.	Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I, do CPC).....	661
8.2.3.2.	Ilegitimidade de parte (art. 525, § 1º, II, do CPC)	662
8.2.3.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, do CPC)	663
8.2.3.4.	Inexigibilidade da obrigação quando o título estiver fundado em lei, ato normativo ou interpretação considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso (art. 525, § 12, do CPC)	663
8.2.3.5.	Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, IV, do CPC).....	664
8.2.3.6.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 525, V, do CPC)	665
8.2.3.7.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (art. 525, VI, do CPC).....	666
8.2.3.8.	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença (art. 525, VII, do CPC)....	666
8.2.3.9.	Suspeição ou impedimento	667
8.2.4.	Efeito suspensivo	667
8.2.5.	Procedimento.....	668
8.2.6.	Honorários advocatícios.....	669
9.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS.....	669
9.1.	Regimes de cumprimento de sentença.....	669
9.2.	Regime especial de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos (art. 528 e seguintes do CPC)	670
9.2.1.	Requerimento, intimação e resposta do executado	670
9.2.2.	Protesto e prisão civil	671

9.2.3.	Desconto em folha de pagamento, rendimentos ou rendas do executado.....	672
9.2.4.	Outras técnicas executivas.....	673
9.3.	Cumulação de execuções.....	673
9.4.	Alimentos indenizatórios.....	674
10.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA.....	676
10.1.	Fazenda Pública.....	676
10.2.	Títulos executivos e regimes de execução	676
10.3.	Requerimento de cumprimento de sentença e intimação da Fazenda Pública	677
10.4.	Impugnação.....	677
10.5.	Efeito suspensivo	679
10.6.	Precatórios e requisição de pequeno valor	680
10.6.1.	Precatórios.....	681
10.6.2.	Requisição de pequeno valor	682
10.6.3.	Fracionamento do valor do precatório	683
11.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER OU ENTREGA DE COISA.....	684
11.1.	Tutela específica dos direitos e tutela pelo equivalente.....	684
11.2.	Tutela inibitória.....	685
11.3.	Conversão da obrigação em perdas e danos.....	686
11.4.	Procedimento do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	687
11.4.1.	Técnicas processuais para forçar o cumprimento da obrigação	687
11.4.2.	<i>Astreintes</i>	688
11.4.3.	Impugnação	691
11.5.	Cumprimento de sentença que reconheça exigibilidade de obrigação de entregar coisa	691

CAPÍTULO XXX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....693

1.	INTRODUÇÃO.....	693
2.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E TÉCNICAS PROCESSUAIS.....	694
3.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM OUTROS DIPLOMAS NORMATIVOS.....	695
4.	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	696
4.1.	Introdução	696
4.2.	Legitimidade ativa.....	697
4.3.	Legitimidade passiva.....	698
4.4.	Competência.....	698

4.5.	Objeto da consignação.....	699
4.6.	Procedimento da ação de consignação em pagamento quando o credor é conhecido.....	700
4.6.1.	Fase extrajudicial.....	700
4.6.2.	Fase judicial.....	700
4.7.	Procedimento da ação de consignação em pagamento quando houver dúvida quanto ao titular do crédito.....	703
4.8.	Aplicação da disciplina da consignação em pagamento no resgate de aforamento.....	704
5.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	705
5.1.	Introdução.....	705
5.2.	Legitimidade e interesse.....	705
5.3.	Procedimento.....	706
5.3.1.	Primeira fase.....	707
5.3.2.	Segunda fase.....	708
5.4.	Ação de exigir contas e distribuição por dependência a outro processo.....	709
6.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	709
6.1.	Introdução.....	709
6.2.	Posse e detenção.....	710
6.3.	Proteção possessória e os interditos possessórios.....	711
6.4.	Desforço <i>incontinenti</i>	712
6.5.	Ações possessórias e ações petitórias.....	712
6.6.	Natureza dúplice das ações possessórias.....	713
6.7.	Ações de força nova e ações de força velha.....	715
6.8.	Fungibilidade das ações possessórias.....	715
6.9.	Legitimidade.....	715
6.10.	Competência.....	716
6.11.	Procedimento das ações de reintegração e manutenção de posse.....	716
6.11.1.	Petição inicial.....	716
6.11.2.	Liminar.....	717
6.11.3.	Resposta do réu.....	719
6.11.4.	Instrução e julgamento.....	721
6.12.	Litígio coletivo pela posse de imóvel.....	721
6.13.	Interdito proibitório.....	722
7.	DA DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	722
7.1.	Introdução.....	722
7.2.	Cumulação dos pedidos demarcatório e divisório.....	723
7.3.	Posição dos confinantes na demarcação e na divisão.....	724
7.4.	Demarcação e divisão extrajudicial.....	724
7.5.	Procedimento da ação de demarcação.....	725

7.5.1.	Primeira fase.....	725
7.5.1.1.	Legitimidade.....	725
7.5.1.2.	Competência.....	725
7.5.1.3.	Petição inicial.....	726
7.5.1.4.	Citação dos réus.....	726
7.5.1.5.	Defesa dos réus.....	726
7.5.1.6.	Prova pericial.....	726
7.5.1.7.	Sentença.....	727
7.5.2.	Segunda fase.....	727
7.6.	Procedimento da ação de divisão.....	728
7.6.1.	Introdução.....	728
7.6.2.	Primeira fase.....	729
7.6.2.1.	Legitimidade.....	729
7.6.2.2.	Competência.....	729
7.6.2.3.	Petição inicial.....	730
7.6.2.4.	Citação.....	730
7.6.2.5.	Defesa dos réus.....	730
7.6.2.6.	Instrução.....	730
7.6.2.7.	Sentença.....	731
7.6.3.	Segunda fase.....	731
7.6.3.1.	Apresentação dos títulos e impugnação aos pedidos de constituição de quinhões.....	731
7.6.3.2.	Posição dos confinantes na ação de divisão.....	731
7.6.3.3.	Medição e operações de divisão.....	732
7.6.3.4.	Memorial descritivo e auto de divisão.....	733
8.	DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	733
8.1.	Introdução.....	733
8.2.	Objeto da ação de dissolução parcial da sociedade empresária.....	735
8.3.	Legitimidade.....	736
8.4.	Competência.....	736
8.5.	Petição inicial.....	736
8.6.	Citação.....	737
8.7.	Resposta.....	737
8.8.	Decisão.....	738
8.9.	Apuração de haveres.....	739
9.	INVENTÁRIO E PARTILHA.....	740
9.1.	Introdução.....	740
9.2.	Inventário e partilha.....	740
9.2.1.	Conceito e generalidades.....	740
9.2.2.	Prazo.....	741

9.2.3.	Questões que podem ser apreciadas no processo de inventário e partilha.....	742
9.2.4.	Administrador provisório	742
9.2.5.	Inventário negativo	743
9.2.6.	Procedimentos judiciais possíveis.....	743
9.2.7.	Inventário tradicional	744
9.2.7.1.	Legitimidade.....	744
9.2.7.2.	Competência.....	745
9.2.7.3.	Petição inicial.....	745
9.2.7.4.	Nomeação de inventariante.....	745
9.2.7.5.	Remoção do inventariante.....	746
9.2.7.6.	Primeiras declarações	747
9.2.7.7.	Citações e impugnações	748
9.2.7.8.	Impugnações.....	748
9.2.7.9.	Apuração de haveres após as primeiras declarações.....	749
9.2.7.10.	Herdeiro preterido	750
9.2.7.11.	Avaliação dos bens	750
9.2.7.12.	Últimas declarações.....	751
9.2.7.13.	Cálculo do tributo.....	751
9.2.7.14.	Colaço.....	752
9.2.7.15.	Sonegados.....	754
9.2.7.16.	Pagamento das dívidas	755
9.2.8.	Partilha.....	756
9.2.8.1.	Conceito de partilha	756
9.2.8.2.	Espécies de partilha.....	756
9.2.8.3.	Partilha judicial.....	757
9.2.8.4.	Retificação da partilha	758
9.2.8.5.	Anulação e rescisão da partilha	759
9.2.9.	Arrolamento.....	759
9.2.9.1.	Arrolamento sumário	760
9.2.9.2.	Arrolamento comum.....	761
9.2.10.	Alvará judicial.....	762
9.2.11.	Sobrepilha.....	763
9.2.12.	Inventário conjunto (ou cumulativo)	763
10.	EMBARGOS DE TERCEIRO.....	764
10.1.	Introdução	764
10.2.	Requisitos.....	765
10.3.	Legitimidade ativa.....	766
10.4.	Intimação do potencial embargante	769
10.5.	Legitimidade passiva.....	769

10.6. Competência.....	769
10.7. Prazo.....	770
10.8. Procedimento.....	770
10.8.1. Petição inicial.....	770
10.8.2. Tutela provisória	771
10.8.3. Citação.....	772
10.8.4. Resposta	772
10.8.5. Sentença	772
11. OPOSIÇÃO.....	773
11.1. Introdução	773
11.2. Cabimento	774
11.3. Competência.....	774
11.4. Legitimidade.....	775
11.5. Procedimento.....	775
12. HABILITAÇÃO	776
12.1. Introdução	776
12.2. Legitimidade.....	776
12.3. Competência.....	776
12.4. Procedimento.....	777
13. AÇÕES DE FAMÍLIA.....	777
13.1. Introdução	777
13.2. Procedimento.....	778
13.2.1. Petição inicial.....	779
13.2.2. Tutela provisória.....	780
13.2.2.1. Divórcio liminar e divórcio antecipado	780
13.2.3. Citação do réu	781
13.2.4. Audiência de conciliação ou mediação.....	782
13.2.5. Intervenção do Ministério Público.....	783
14. AÇÃO MONITÓRIA.....	783
14.1. Introdução	783
14.2. Prova escrita.....	784
14.3. Procedimento.....	785
14.3.1. Petição inicial.....	785
14.3.2. Indeferimento da petição inicial	786
14.3.3. Citação e expedição do mandado monitorio.....	786
14.3.4. Comportamentos do réu	786
14.3.5. Embargos à monitoria.....	788
14.3.6. Reconvenção.....	788
14.3.7. Intimação do autor	789

14.3.8. Julgamento.....	789
15. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL.....	789
15.1. Introdução.....	789
15.2. Procedimento.....	790
15.2.1. Petição inicial.....	790
15.2.2. Citação e audiência preliminar.....	790
15.2.3. Contestação	791
15.2.4. Sentença	791
16. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	791
16.1. Introdução	791
16.2. Procedimento.....	792
16.2.1. Petição inicial.....	792
16.2.2. Nomeação do regulador	792
16.2.3. Caução	793
16.2.4. Julgamento	793
17. RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	794
17.1. Introdução	794
17.2. Competência.....	794
17.3. Procedimento.....	794
17.3.1. Petição inicial.....	794
17.3.2. Citação e resposta do réu	795
17.3.3. Desaparecimento dos autos após a produção das provas.....	795
17.3.4. Sentença	795
17.3.5. Sucumbência.....	796

CAPÍTULO XXXI – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....797

1. INTRODUÇÃO	797
2. NATUREZA JURÍDICA	798
3. CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA EM JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	798
4. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	799
5. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS GERAIS DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: PROCEDIMENTO COMUM DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	799
5.1. Legitimidade.....	799
5.2. Petição inicial	800
5.3. Citação e intimação.....	800
5.4. Manifestação dos interessados.....	800
5.5. Instrução e julgamento.....	801

5.6.	Recurso	801
5.7.	Requerimentos que se sujeitarão a procedimentos especiais de jurisdição voluntária e requerimentos que se sujeitarão ao procedimento comum de jurisdição voluntária	801
6.	NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO	802
6.1.	Introdução	802
6.2.	Procedimento	803
7.	ALIENAÇÃO JUDICIAL	803
7.1.	Introdução	803
7.2.	Procedimento	804
8.	DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO	805
8.1.	Introdução	805
8.2.	Procedimento	805
8.3.	Divórcio, separação judicial e extinção de união estável consensuais extrajudiciais	807
8.4.	Alteração do regime de bens do casamento	807
9.	TESTAMENTOS E CODICILOS	808
9.1.	Introdução	808
9.2.	Procedimento	808
9.2.1.	Abertura e aprovação do testamento cerrado e aprovação do testamento público	808
9.2.2.	Publicação e cumprimento do testamento particular	809
10.	HERANÇA JACENTE	810
10.1.	Introdução	810
10.2.	Procedimento	810
10.2.1.	Arrecadação e administração dos bens	810
10.2.2.	Comparecimento de cônjuge ou herdeiro	811
10.2.3.	Comunicações após a arrecadação dos bens	812
10.2.4.	Declaração de vacância	812
11.	BENS DOS AUSENTES	813
11.1.	Introdução	813
11.2.	Procedimento	813
11.2.1.	Fase da declaração de ausência, nomeação de curador e arrecadação dos bens do ausente	813
11.2.2.	Fase da sucessão provisória	814
11.2.3.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	815
12.	COISA VAGA	816
12.1.	Introdução	816
12.2.	Procedimento	816

12.2.1. Comparecimento do proprietário.....	816
12.2.2. Achádego.....	816
13. INTERDIÇÃO.....	817
13.1. Introdução.....	817
13.2. Procedimento.....	818
13.2.1. Competência.....	818
13.2.2. Legitimidade.....	818
13.2.3. Petição inicial.....	819
13.2.4. Nomeação de curador provisório.....	819
13.2.5. Citação e entrevista do interditando.....	819
13.2.6. Impugnação.....	820
13.2.7. Instrução.....	820
13.2.8. Sentença.....	821
13.3. Levantamento da interdição.....	822
13.4. Disposições processuais comuns à tutela e à curatela.....	822
13.4.1. Remoção e exoneração do tutor ou curador.....	823
14. ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES.....	823
14.1. Introdução.....	823
14.2. Procedimento.....	825
14.2.1. Suprimento judicial para aprovação do estatuto da fundação.....	825
14.2.2. Extinção da fundação.....	825
15. RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO.....	825
15.1. Introdução.....	825
15.2. Procedimento.....	826

CAPÍTULO XXXII – PROCESSO DE EXECUÇÃO829

1. INTRODUÇÃO.....	829
2. EXECUÇÃO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	830
2.1. Execução comum e execução especial.....	830
2.2. Execução de título judicial e execução de título extrajudicial.....	830
2.3. Execução direta e execução indireta.....	830
2.4. Execução provisória e execução definitiva.....	831
3. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO.....	831
3.1. Princípio da patrimonialidade (ou realidade).....	831
3.2. Princípio da menor onerosidade da execução.....	832
3.3. Princípio da disponibilidade do processo executivo.....	833
3.4. Princípio do exato adimplemento (ou especificidade da execução).....	833

3.5. Princípio do desfecho único.....	834
4. CONCENTRAÇÃO DOS PODERES DE EXECUÇÃO DO JUIZ	834
5. PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	836
5.1. Legitimidade ativa.....	836
5.2. Legitimidade passiva.....	838
6. CUMULAÇÃO DE EXECUÇÕES.....	841
7. LITISCONSÓRCIO	842
8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	843
9. COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO	843
10. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO	844
10.1. Inadimplemento do devedor	844
10.2. Título executivo.....	845
11. ATRIBUTOS DA OBRIGAÇÃO REPRESENTADA NO TÍTULO EXECUTIVO: CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE	846
11.1. Certeza.....	846
11.2. Liquidez	846
11.3. Exigibilidade.....	847
12. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	847
12.1. Letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque (art. 784, I, do CPC).....	848
12.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor (art. 784, II, do CPC)	849
12.3. Documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas (art. 784, III, do CPC).....	849
12.4. Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal (art. 784, IV, do CPC).....	850
12.5. Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução (art. 784, V, do CPC)	850
12.6. Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI, do CPC).....	851
12.7. Crédito decorrente de foro e laudêmio (art. 784, VII, do CPC).....	851
12.8. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio (art. 784, VIII, do CPC)	852
12.9. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei (art. 784, IX, do CPC)	852
12.10. Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas (art. 784, X, do CPC).....	853

12.11. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei (art. 784, XI, do CPC).....	853
12.12. Contrato de contragarantia ou qualquer outro instrumento que materialize o direito de ressarcimento da seguradora contra tomadores de seguro-garantia e seus garantidores (art. 784, XI-A, do CPC)	854
12.13. Todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva (art. 784, XII, do CPC).....	854
13. ASSINATURA ELETRÔNICA.....	854
14. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	857
14.1. Bens sujeitos à execução.....	858
14.1.1. Bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória (art. 790, I, do CPC)	858
14.1.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, do CPC).....	858
14.1.3. Bens do devedor em poder de terceiros (art. 790, III, do CPC).....	859
14.1.4. Bens do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida (art. 790, IV, do CPC)	859
14.1.5. Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução (art. 790, V, do CPC).....	860
14.1.6. Cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores (art. 790, VI, do CPC).....	861
14.1.7. Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica (art. 790, VII, do CPC).....	861
14.2. Bens não sujeitos à execução.....	862
14.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC).....	862
14.2.2. Bens móveis, pertences e as utilidades domésticas que guardam a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida (art. 833, II, do CPC)	862
14.2.3. Vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor (art. 833, III, do CPC)	863
14.2.4. Vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º (art. 833, IV, do CPC).....	863
14.2.5. Livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (art. 833, V, do CPC)	864
14.2.6. Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC)	864

14.2.7. Materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas (art. 833, VII, do CPC).....	865
14.2.8. Pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC).....	865
14.2.9. Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social (art. 833, IX, do CPC).....	866
14.2.10. Quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos (art. 833, X, do CPC)	867
14.2.11. Os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei (art. 833, XI, do CPC)	868
14.2.12. Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC)	868
14.2.13. Impenhorabilidade do bem de família.....	869
15. BENS SUBMETIDOS AO REGIME DE DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE	871
16. FRAUDE À EXECUÇÃO	871
16.1. Hipóteses	872
16.1.1. Quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver (art. 792, I, do CPC).....	872
16.1.2. Quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828 do CPC (art. 792, II, do CPC).....	873
16.1.3. Quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude (art. 792, III, do CPC).....	874
16.1.4. Quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência (art. 792, IV, do CPC)	874
16.1.5. Demais casos expressos em lei (art. 792, V, do CPC)	875
16.2. Fraude à execução e ônus da prova	875
16.3. Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	876
16.4. Fraude à execução e bem de família.....	879
16.5. Execução e direito de retenção	879
17. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EXEQUENTE	879
18. MULTAS OU INDENIZAÇÕES DECORRENTES DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ OU DA PRÁTICA DE ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA.....	880

CAPÍTULO XXXIII - DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO881

1. INTRODUÇÃO	881
2. DISPOSIÇÕES GERAIS PERTINENTES ÀS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	881

2.1.	Petição inicial	881
2.2.	Intimação de terceiros.....	882
2.3.	Medidas urgentes	884
2.4.	Averbação da pendência da execução	884
2.5.	Obrigações alternativas.....	884
2.6.	Emenda da petição inicial	885
2.7.	Despacho inicial	885
2.8.	Nulidade da execução	886
3.	EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA.....	886
4.	EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA.....	889
5.	EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER	889
5.1.	Procedimento da execução de obrigação de fazer fungível.....	889
5.2.	Procedimento da execução de obrigação de fazer infungível.....	891
5.3.	Procedimento da execução de obrigação de não fazer	891
6.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	891
6.1.	Petição inicial	892
6.2.	Citação do devedor.....	892
6.3.	Mandado de citação e arresto prévio (ou pré-penhora).....	893
6.4.	Penhora.....	894
6.4.1.	Bens não sujeitos à penhora.....	895
6.4.2.	Bens penhoráveis e ordem preferencial.....	895
6.4.2.1.	Dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira (art. 835, I, do CPC).....	896
6.4.2.2.	Títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado (art. 835, II, do CPC)	896
6.4.2.3.	Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado (art. 835, III, do CPC).....	897
6.4.2.4.	Veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves (art. 835, IV, V, VI, VII e VIII, do CPC).....	897
6.4.2.5.	Ações e quotas de sociedades simples e empresárias (art. 835, IX, do CPC).....	897
6.4.2.6.	Percentual do faturamento de empresa devedora (art. 835, X, do CPC)	898
6.4.2.7.	Pedras e metais preciosos (art. 835, XI, do CPC)	898
6.4.2.8.	Direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia (art. 835, XII, do CPC).....	898
6.4.2.9.	Outros direitos (art. 835, XIII, do CPC)	899
7.	FORMALIZAÇÃO DA PENHORA: BENS IMÓVEIS E MÓVEIS EM GERAL.....	899
7.1.	Auto ou termo de penhora.....	899

7.2.	Formalização da penhora de bens imóveis e veículos automotores.....	899
7.3.	Resistência do executado e ordem de arrombamento	900
7.4.	Depósito	900
7.5.	Intimações.....	901
8.	FORMALIZAÇÃO DA PENHORA: ESPECIFICIDADES.....	903
8.1.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	903
8.2.	Penhora de créditos.....	904
8.3.	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas	905
8.4.	Penhora de empresa, outros estabelecimentos e semoventes.....	906
8.5.	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	907
8.6.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	908
9.	MODIFICAÇÕES DA PENHORA.....	909
9.1.	Substituição da penhora.....	909
9.2.	Redução ou ampliação da penhora	910
9.3.	Renovação da penhora.....	910
9.4.	Alienação antecipada de bens penhorados.....	911
10.	AVALIAÇÃO	911
11.	EXPROPRIAÇÃO	912
11.1.	Adjudicação.....	912
11.1.1.	Remição.....	914
11.2.	Alienação	914
11.2.1.	Alienação por iniciativa particular	915
11.2.2.	Alienação em leilão judicial	915
11.2.2.1.	Características do leilão judicial	915
11.2.2.2.	Leiloeiro.....	916
11.2.2.3.	Edital do leilão	916
11.2.2.4.	Intimações.....	917
11.2.2.5.	Não realização do leilão.....	917
11.2.2.6.	Arrematação	918
11.2.2.7.	Pagamento	918
11.2.2.8.	Suspensão da arrematação e do leilão.....	920
11.2.2.9.	Auto de arrematação.....	920
11.2.3.	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação.....	921
11.2.4.	Ação anulatória autônoma.....	922
11.2.5.	Desistência da arrematação	922
11.2.6.	Ato atentatório à dignidade da justiça	922
11.3.	Pagamento ao credor	923
12.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	924
12.1.	Introdução	924

12.2. Procedimento.....	924
13. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	924
14. EMBARGOS À EXECUÇÃO	926
14.1. Introdução	926
14.2. Natureza jurídica dos embargos à execução.....	926
14.3. Embargos à execução e impugnação ao cumprimento de sentença	926
14.4. Competência.....	927
14.5. Prazo.....	927
14.6. Parcelamento	928
14.7. Objeto dos embargos.....	929
14.7.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 917, I, do CPC).....	929
14.7.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 917, II, do CPC).....	929
14.7.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 917, III, do CPC).....	930
14.7.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa (art. 917, IV, do CPC).....	931
14.7.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (art. 917, V, do CPC).....	932
14.7.6. Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento (art. 917, VI, do CPC)	932
14.8. Natureza das matérias discutidas nos embargos	932
14.9. Alegação de suspeição ou impedimento do juiz.....	933
14.10. Procedimento dos embargos à execução.....	933
14.11. Efeito suspensivo	934
15. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	935
16. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	937
16.1. Suspensão da execução.....	937
16.1.1. Prescrição intercorrente	937
16.2. Extinção da execução	940

CAPÍTULO XXXIV – PRECEDENTES JUDICIAIS 941

1. APROXIMAÇÃO ENTRE CIVIL LAW E COMMON LAW: TRADIÇÕES E SISTEMAS JURÍDICOS	941
2. REGRA DO <i>STARE DECISIS</i>	943
3. PRECEDENTES JUDICIAIS.....	943
3.1. Conceito	943
3.2. Aplicação, distinção e superação do precedente	944
3.3. Eficácia jurídica do precedente.....	947

4. SISTEMA DE PRECEDENTES NO CPC	947
5. MICROSSISTEMA DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS.....	951

CAPÍTULO XXXV – ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS..... 953

1. INTRODUÇÃO	953
2. REGISTRO, DISTRIBUIÇÃO E PREVENÇÃO	953
3. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR.....	954
4. JULGAMENTO	956
4.1. Designação de data para julgamento.....	956
4.2. Ordem de julgamento.....	956
4.3. Sustentação oral	956
4.4. Questões e providências preliminares.....	957
4.5. Vista dos autos.....	958
4.6. Votos e resultado do julgamento.....	958
4.7. Técnica de ampliação do colegiado	959
4.7.1. Ampliação do colegiado na ação rescisória e no agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito.....	960
4.7.2. Ampliação do colegiado no mandado de segurança.....	961
4.7.3. Ampliação do colegiado e embargos de declaração.....	962
4.7.4. Direito intertemporal.....	962
4.7.5. Não aplicação da técnica de ampliação do colegiado.....	963
4.8. Acórdão e publicação.....	963
4.9. Agravo de instrumento e apelação: ordem de julgamento.....	963

CAPÍTULO XXXVI – TEORIA GERAL DOS RECURSOS..... 965

1. INTRODUÇÃO	965
2. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	965
2.1. Quanto à finalidade.....	965
2.2. Quanto ao órgão jurisdicional competente para o julgamento.....	966
2.3. Quanto à extensão da questão impugnada.....	966
2.4. Quanto à fundamentação da impugnação.....	967
3. PRINCÍPIOS RECURSAIS	967
3.1. Princípio das decisões juridicamente relevantes.....	967
3.2. Princípio da taxatividade.....	968
3.3. Princípio da singularidade (unicidade ou unirrrecorribilidade)	968
3.4. Princípio da fungibilidade.....	968
3.5. Princípio da proibição de <i>reformatio in pejus</i>	969

3.6.	Princípio da dialeticidade (ou diálogo)	970
4.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	970
4.1.	Requisitos de admissibilidade intrínsecos	971
4.1.1.	Cabimento	971
4.1.2.	Legitimidade	971
4.1.3.	Interesse recursal	972
4.1.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	973
4.1.4.1.	Desistência do recurso	973
4.1.4.2.	Renúncia	974
4.1.4.3.	Aceitação	974
4.2.	Requisitos de admissibilidade extrínsecos	975
4.2.1.	Tempestividade	975
4.2.2.	Regularidade formal	976
4.2.3.	Preparo	977
5.	MÉRITO DO RECURSO	979
6.	EFEITOS DOS RECURSOS	979
6.1.	Efeito obstativo (ou impeditivo do trânsito em julgado)	979
6.2.	Efeito devolutivo	979
6.2.1.	Efeito devolutivo horizontal (ou em extensão)	980
6.2.2.	Efeito devolutivo vertical (ou em profundidade)	980
6.3.	Efeito suspensivo	981
6.4.	Efeito regressivo (modificativo ou de retratação)	982
6.5.	Efeito translativo	982
6.6.	Efeito expansivo	983
6.7.	Efeito substitutivo	984
7.	RECURSO ADESIVO	984
7.1.	Conceito	984
7.2.	Cabimento	985
7.3.	Endereçamento e prazo	986
7.4.	Legitimidade	986
7.5.	Interesse recursal	986
7.6.	Conteúdo do recurso adesivo	987
7.7.	Recurso adesivo cruzado (ou condicionado)	987

CAPÍTULO XXXVII – RECURSOS EM ESPÉCIE 989

1.	APELAÇÃO	989
1.1.	Conceito e cabimento	989
1.2.	Apelação contra decisão interlocutória?	989

1.3.	Requisitos de admissibilidade	990
1.4.	Efeitos	991
1.4.1.	Efeito devolutivo.....	991
1.4.2.	Efeito suspensivo	991
1.4.3.	Efeito regressivo (modificativo ou de retratação).....	993
1.4.4.	Demais efeitos.....	993
1.5.	Inovação recursal relativa a matéria de fato	993
1.6.	Processamento da apelação	994
1.7.	Teoria da causa madura	995
2.	AGRAVO DE INSTRUMENTO	998
2.1.	Conceito	998
2.2.	Decisões não agraváveis.....	998
2.3.	Decisões agraváveis.....	998
2.3.1.	Rol do art. 1.015 do CPC	999
2.3.1.1.	Tutelas provisórias (art. 1.015, I, do CPC).....	999
2.3.1.2.	Mérito do processo (art. 1.015, II, do CPC).....	1000
2.3.1.3.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, do CPC).....	1001
2.3.1.4.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica (art. 1.015, IV, do CPC)	1002
2.3.1.5.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação (art. 1.015, V, do CPC)	1003
2.3.1.6.	Exibição ou posse de documento ou coisa (art. 1.015, VI, do CPC).....	1004
2.3.1.7.	Exclusão de litisconsorte (art. 1.015, VII, do CPC).....	1004
2.3.1.8.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio (art. 1.015, VIII, do CPC).....	1005
2.3.1.9.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros (art. 1.015, IX, do CPC)	1005
2.3.1.10.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 1.015, X, do CPC)	1006
2.3.1.11.	Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º, do CPC (art. 1.015, XI, do CPC)	1007
2.3.1.12.	Outros casos expressamente referidos em lei (art. 1.015, XIII, do CPC)	1008
2.3.1.13.	Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário (art. 1.015, parágrafo único, do CPC).....	1008
2.4.	Decisões agraváveis à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça.....	1009
2.5.	Requisitos de admissibilidade	1010
2.6.	Modos de interposição do agravo de instrumento.....	1011

2.7.	Efeitos.....	1012
2.7.1.	Efeito devolutivo.....	1012
2.7.2.	Efeito suspensivo.....	1012
2.7.3.	Efeito regressivo (modificativo ou de retratação).....	1013
2.7.4.	Demais efeitos.....	1013
2.8.	Processamento do agravo de instrumento.....	1013
2.9.	Prolação de sentença quando pendente o julgamento de agravo de instrumento.....	1015
3.	AGRAVO INTERNO.....	1016
3.1.	Cabimento.....	1016
3.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1017
3.3.	Efeitos.....	1017
3.4.	Procedimento.....	1017
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1019
4.1.	Conceito e cabimento.....	1019
4.1.1.	Obscuridade.....	1019
4.1.2.	Contradição.....	1019
4.1.3.	Omissão.....	1020
4.1.4.	Erro material.....	1020
4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1021
4.3.	Efeitos.....	1021
4.3.1.	Efeitos genéricos.....	1021
4.3.2.	Efeitos específicos.....	1022
4.3.2.1.	Embargos de declaração e efeito suspensivo.....	1022
4.3.2.2.	Efeito integrativo.....	1022
4.3.2.3.	Efeito interruptivo do prazo recursal.....	1023
4.3.2.4.	Efeitos infringentes.....	1024
4.4.	Processamento.....	1025
4.5.	Fungibilidade.....	1025
4.6.	Complementariedade do recurso já interposto.....	1026
4.7.	Embargos de declaração protelatórios.....	1026
4.8.	Embargos de declaração e prequestionamento.....	1027
5.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	1028
5.1.	Conceito e cabimento.....	1028
5.1.1.	Recurso ordinário constitucional para o Supremo Tribunal Federal.....	1028
5.1.2.	Recurso ordinário constitucional para o Superior Tribunal de Justiça.....	1029
5.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1030
5.3.	Efeitos.....	1030
5.4.	Processamento.....	1030

6.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	1031
6.1.	Introdução	1031
6.2.	Requisitos de admissibilidade específicos	1032
6.2.1.	Prévio esgotamento das instâncias ordinárias	1032
6.2.2.	Prequestionamento	1033
6.2.2.1.	Prequestionamento e voto vencido	1035
6.2.2.2.	Prequestionamento e fundamentos do recurso recorrido	1036
6.2.3.	Regularidade formal	1036
6.2.3.1.	Regularidade formal e primazia do julgamento do mérito	1036
6.2.4.	Repercussão geral no recurso extraordinário	1037
6.2.4.1.	Introdução	1037
6.2.4.2.	Procedimento e julgamento acerca da existência ou não de repercussão geral	1039
6.2.5.	Relevância da questão federal no recurso especial	1041
6.3.	Efeitos	1042
6.4.	Processamento dos recursos extraordinário e especial no órgão <i>a quo</i>	1043
6.5.	Tese da dupla fundamentação suficiente (ou substitutividade compartilhada) ...	1045
6.6.	Recurso extraordinário prejudicial em relação ao recurso especial	1047
6.7.	Fungibilidade dos recursos especial e extraordinário	1047
6.8.	Hipóteses de cabimento do recurso especial	1048
6.8.1.	Quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (art. 105, III, “a”, da CF)	1048
6.8.2.	Quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal (art. 105, III, “b”, da CF)	1050
6.8.3.	Quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (art. 105, III, “c”, da CF)	1050
6.9.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	1051
6.9.1.	Quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal (art. 102, III, “a”, da CF)	1052
6.9.2.	Quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, “b”, da CF)	1053
6.9.3.	Quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição (art. 102, III, “c”, da CF)	1054
6.9.4.	Quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal (art. 102, III, “d”, da CF)	1054
6.10.	Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	1055
6.10.1.	Seleção de recursos representativos da controvérsia	1056
6.10.2.	Afetação	1057
6.10.3.	Instrução da controvérsia	1058
6.10.4.	Julgamento da questão repetitiva	1059
7.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL OU EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1061

7.1.	Cabimento	1061
7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1063
7.3.	Efeitos.....	1063
7.4.	Processamento.....	1063
7.5.	Interposição conjunta de recurso extraordinário e especial.....	1064
8.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1065
8.1.	Cabimento	1065
8.2.	Processamento.....	1066
8.2.1.	Processamento no Superior Tribunal de Justiça.....	1066
8.2.2.	Processamento no Supremo Tribunal Federal	1067

CAPÍTULO XXXVIII - INCIDENTES DE COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL..... 1069

1.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1069
1.1.	Cabimento	1069
1.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1069
1.2.1.	Duplo juízo de admissibilidade.....	1071
1.3.	Competência.....	1071
1.4.	Legitimidade.....	1072
1.5.	Procedimento.....	1072
1.6.	Recursos	1073
2.	INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1073
2.1.	A fiscalização concreta da constitucionalidade das normas (controle difuso).....	1073
2.2.	O incidente de arguição de inconstitucionalidade no CPC.....	1075
2.2.1.	Arguição e instauração do incidente	1075
2.2.2.	Julgamento	1076
2.2.3.	Recurso.....	1077
3.	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	1078
3.1.	Conceito e generalidades	1078
3.2.	Legitimidade e participação do Ministério Público.....	1079
3.3.	Procedimento.....	1079
4.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1080
4.1.	Introdução	1080
4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1081
4.3.	Competência.....	1083
4.4.	Legitimidade.....	1084
4.5.	Procedimento.....	1085
4.5.1.	Instauração.....	1085
4.5.2.	Providências iniciais do relator	1085

4.5.3.	Suspensão dos processos.....	1086
4.5.4.	Instrução.....	1088
4.5.5.	Julgamento.....	1089
4.5.6.	Recurso.....	1090
4.5.7.	Revisão da tese jurídica	1090

CAPÍTULO XXXIX – AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL..... 1091

1.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1091
1.1.	Introdução.....	1091
1.2.	Objeto da homologação.....	1091
1.3.	Execução de decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.....	1093
1.4.	Requisitos.....	1093
1.4.1.	A decisão deve ter sido proferida por autoridade competente	1093
1.4.2.	A decisão deve ter sido precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia.....	1093
1.4.3.	A decisão deve ser eficaz no país em que foi proferida.....	1094
1.4.4.	A decisão não pode ofender a coisa julgada brasileira	1094
1.4.5.	A decisão deve estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado.....	1094
1.4.6.	A decisão não pode conter manifesta ofensa à ordem pública.....	1095
1.5.	Procedimento.....	1095
1.5.1.	Homologação de decisão estrangeira.....	1095
1.5.2.	Concessão de <i>exequatur</i> a cartas rogatórias.....	1096
2.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	1097
2.1.	Conceito	1097
2.2.	Objeto da ação rescisória: decisão rescindível.....	1098
2.2.1.	Decisão de mérito.....	1098
2.2.2.	Decisão sobre questão prejudicial	1099
2.2.3.	Decisão que não resolve o mérito.....	1099
2.3.	Ação rescisória e ação anulatória.....	1100
2.4.	Ação rescisória contra decisão proferida em ação rescisória.....	1101
2.5.	Hipóteses de cabimento.....	1102
2.5.1.	Decisão proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I, do CPC)	1102
2.5.2.	Decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (art. 966, II, do CPC)	1103
2.5.3.	Decisão que resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei (art. 966, III, do CPC).....	1103

2.5.4.	Decisão que ofender a coisa julgada (art. 966, IV, do CPC)	1104
2.5.5.	Decisão que viola manifestamente norma jurídica (art. 966, V, do CPC).....	1105
2.5.6.	Decisão fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória (art. 966, VI, do CPC).....	1109
2.5.7.	Autor obtém, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável (art. 966, VII, do CPC)	1110
2.5.8.	Decisão fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.....	1111
2.6.	Legitimidade.....	1111
2.6.1.	Legitimidade ativa.....	1111
2.6.2.	Legitimidade passiva.....	1113
2.7.	Competência.....	1113
2.8.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória.....	1114
2.8.1.	Ação rescisória e coisa julgada progressiva	1114
2.9.	Objeto da ação rescisória: iudicium rescindens e iudicium rescissorium	1116
2.10.	Procedimento.....	1117
2.10.1.	Petição inicial.....	1117
2.10.2.	Providências iniciais do relator	1118
2.10.3.	Procedimento comum.....	1120
3.	RECLAMAÇÃO.....	1121
3.1.	Introdução	1121
3.2.	Hipóteses de cabimento e procedimento.....	1122
3.2.1.	Preservar a competência do tribunal (art. 988, I, do CPC)	1122
3.2.2.	Garantir a autoridade das decisões do tribunal (art. 988, II, do CPC)...	1123
3.2.3.	Garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 988, III, do CPC)	1124
3.2.4.	Garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência (art. 988, IV, do CPC)	1127
3.3.	Limite temporal: trânsito em julgado.....	1128
3.4.	Legitimidade.....	1129
3.5.	Procedimento.....	1129
CAPÍTULO XL – PROCESSO ESTRUTURAL		1131
1.	INTRODUÇÃO	1131
2.	ANTECEDENTE HISTÓRICO: <i>BROWN V. BOARD OF EDUCATION</i>	1131
3.	CONCEITO DE LITÍGIO ESTRUTURAL (<i>STRUCTURAL LITIGATION</i>).....	1133

4. PROCESSO ESTRUTURAL.....	1133
4.1. Processo estrutural e a necessidade de um procedimento adequado	1133
4.2. Fortalecimento do poder-dever de gestão do processo do juiz	1134
4.3. Flexibilização dos princípios da demanda e da congruência.....	1135
4.4. Necessidade de participação adequada no processo estrutural	1135
4.5. Saneamento participativo do processo estrutural	1138
4.6. A construção adequada da decisão estrutural.....	1138
4.7. Decisão estrutural (decisão com múltiplo conteúdo)	1139
5. CONCLUSÃO	1140
 BIBLIOGRAFIA	 1141